

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>CENÁRIO LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.....</b>	<b>37</b>
Bruno Monteiro Portela e Rafael Dubeux	
<b>Capítulo 2</b>	
<b>COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS.....</b>	<b>55</b>
Caio Márcio Melo Barbosa	
2.1. Repartição de Competências.....	55
2.2. Competências Administrativas.....	56
2.3. Competências Legislativas.....	59
2.4. Competência da União para Legislar sobre Normas Gerais de Licitação e Contratação.....	69
2.5. Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação .....	70
<b>Capítulo 3</b>	
<b>CONCEITOS LEGAIS E INFRALEGAIS.....</b>	<b>77</b>
Bruno Monteiro Portela	
3.1. Agência de Fomento .....	82
3.2. Criação e Criador .....	83
3.3. Incubadora de Empresas .....	83
3.4. Inovação.....	84
3.5. Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) .....	89
3.6. Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).....	93
3.7. Fundação de apoio.....	93
3.8. Pesquisador público.....	94

3.9. Inventor Independente.....	97
3.10. Parque Tecnológico .....	97
3.11. Polo Tecnológico.....	97
3.12. Extensão Tecnológica .....	98
3.13. Bônus Tecnológico.....	99
3.14. Capital intelectual .....	100

#### **Capítulo 4**

### **POLÍTICA DE INOVAÇÃO DAS ICTS PÚBLICAS E NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (NIT)..... 103**

Leopoldo Gomes Muraro e Caio Márcio Melo Barbosa

4.1. Instrumentos de concretização do Marco Legal de CT&I e o modelo da Hélice Tríplice da Inovação.....	103
4.2. Regime Jurídico de Direito Público e Segurança Jurídica.....	108
4.3. Política de Inovação das ICTs Públicas .....	110
4.3.1. Normas que estabelecem critérios e parâmetros .....	113
4.3.2. Normas que estabelecem procedimentos e atribuições .....	117
4.4. Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT .....	120
4.4.1. Formas de constituição do NIT .....	121
4.4.2. Papel do NIT .....	125

#### **Capítulo 5**

### **AMBIENTES PROMOTORES DE INOVAÇÃO ..... 133**

Caio Márcio Melo Barbosa

5.1. Considerações Gerais .....	133
5.2. Incubadoras de Empresas.....	143
5.3. Aceleradoras de Negócios.....	146
5.4. Parques Tecnológicos .....	147
5.5. Polos Tecnológicos .....	148
5.6. Participação do Estado na Criação e na Governança das Entidades Gestoras dos Ambientes Promotores de Inovação .....	148
5.7. Cessão de Uso Privativo de Bem Imóvel Público .....	149
5.8. Compartilhamento da Infraestrutura Laboratorial, Materiais e Demais Instalações das ICTs Públicas para Incubação de Empresas....	159

**Capítulo 6****INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PARCERIA ..... 163**

Leopoldo Gomes Muraro

6.1.	Contextualização e elementos das parcerias.....	163
6.1.1.	Contextualização constitucional e legal das parcerias.....	163
6.1.2.	Pressupostos jurídicos das parcerias de CT&I.....	164
6.1.2.1.	Objeto jurídico incerto das pesquisas.....	165
6.1.2.2.	Obrigações de meio das relações jurídicas de PD&I.....	168
6.1.3.	Sujeitos jurídicos.....	171
6.1.4.	Plano de Trabalho.....	172
6.1.5.	Vigência das parcerias.....	178
6.2.	Principais instrumentos jurídicos previstos no Marco Legal de CT&I....	182
6.2.1.	Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I.....	182
6.2.2.	Termo de Outorga.....	187
6.2.2.1	Concessão de bônus tecnológico e subvenção econômica.....	188
6.2.2.2	Concessão de bolsas e auxílios.....	189
6.2.2.2.1	Bolsas: conceito e tipos.....	190
6.2.2.2.2	Auxílios: conceito e tipos.....	193
6.2.2.3	Competência para cada Agência de Fomento e ICT regulamentar internamente a concessão do Termo de Outorga.....	194
6.2.3.	Contrato de outorga de uso de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações das ICTs públicas.....	195
6.2.4.	Contrato de prestação de serviços técnicos especializados.	202
6.2.5.	Convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I.....	207
6.2.5.1	Diferentes tipos de Convênios ( <i>latu sensu</i> ) na legislação brasileira: Convênio do pacto federativo (Decreto nº 6.170/07), MROSC (Lei nº 13.019/14) e Convênio para PD&I (Decreto nº 9.283/18).....	208

6.2.5.2	Aspectos gerais do Convênio para PD&I previsto no Decreto nº 9.283/18 .....	217
6.2.6.	Acordo de cooperação internacional para ciência, tecnologia e inovação – CT&I.....	220
<b>Capítulo 7</b>		
	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS.....</b>	<b>227</b>
	Rafael Dubeux	
7.1.	Introdução.....	227
7.2.	Abrangência do Novo Modelo.....	229
7.3.	Disposições Gerais .....	237
7.4.	Monitoramento e avaliação.....	239
7.5.	Relatórios finais.....	242
<b>Capítulo 8</b>		
	<b>ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.....</b>	<b>251</b>
	Rafael Dubeux	
8.1.	Introdução.....	251
8.2.	Alteração de créditos orçamentários sem necessidade de lei .....	252
8.3.	Mudança de categoria entre despesa corrente e investimento .....	256
8.4.	Captação e gerenciamento de recursos por meio de fundação de apoio à ICT.....	264
8.5.	Possibilidade de fixar nova categoria orçamentária para P&D.....	266
<b>Capítulo 9</b>		
	<b>SUBVENÇÃO ECONÔMICA.....</b>	<b>271</b>
	Bruno Monteiro Portela	
<b>Capítulo 10</b>		
	<b>BÔNUS TECNOLÓGICO.....</b>	<b>281</b>
	Bruno Monteiro Portela e Leopoldo Gomes Muraro	
<b>Capítulo 11</b>		
	<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO CAPITAL DE EMPRESAS E FUNDOS DE INVESTIMENTO.....</b>	<b>289</b>
	Bruno Monteiro Portela	

**Capítulo 12****COMPRAS PÚBLICAS ..... 297**

Rafael Dubeux e Bruno Monteiro Portela

12.1. Introdução .....	297
12.2. Regime diferenciado de contratações públicas (RDC) .....	299
12.3. Dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia.....	305
12.4. Dispensa de documentação para aquisição de produtos para pronta entrega.....	317
12.5. Disposições gerais sobre contratação de produtos de P&D.....	321

**Capítulo 13****CONTRATO DE ENCOMENDA TECNOLÓGICA ..... 323**

Caio Márcio Melo Barbosa

13.1. Poder de Compra do Estado.....	323
13.2. Previsão Legal.....	324
13.3. O que é Encomenda Tecnológica.....	328
13.4. Requisitos Fundamentais para Utilização das Encomendas Tecnológicas .....	331
13.5. Encomendas Tecnológicas vs. Contratos Administrativos Tradicionais.....	336
13.6. Natureza Contratual das Encomendas Tecnológicas.....	341
13.7. Fase Prévia à Celebração .....	345
13.8. Tipos de Contrato (ou Formas de Remuneração).....	349
13.9. Monitoramento da Execução Contratual.....	361

**Capítulo 14****IMPORTAÇÃO DE BENS PARA PESQUISA ..... 365**

Leopoldo Gomes Muraro

14.1. Contextualização das isenções. Leis nos 8.010/90 e 8.032/90.....	365
14.2. Beneficiários da isenção .....	368
14.2.1. Beneficiários previstos na Lei nº 8.010/90.....	368
14.2.2. Beneficiários previstos na Lei nº 8.032/90.....	370
14.2.3. Configuração decorrente do Marco Legal de CT&I.....	372
14.3. Classificação das isenções.....	374

14.4. Órgão anuentes.....	378
14.5. Aspectos jurídico-administrativos.....	382
14.5.1. Tratamento prioritário e procedimento simplificado .....	382
14.5.2. Credenciamento pelo CNPq.....	384
14.5.3. Limites globais anuais de isenção .....	386
14.6. Quadro sinóptico .....	388

### **Capítulo 15**

#### **TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA ..... 389**

Leopoldo Gomes Muraro

15.1. Considerações sobre a propriedade intelectual.....	389
15.2. Transferência e difusão de tecnologia no Marco Legal de CT&I.....	392
15.2.1. Diferença entre licenciamento e cessão da propriedade intelectual .....	395
15.2.2. Tipos de proteção da propriedade intelectual: direito autoral, propriedade industrial e proteção <i>sui generis</i> .....	398
15.2.3. Exclusividade.....	400
15.2.4. Oferta tecnológica .....	402
15.3. Tipos de contrato .....	404

#### **REFERÊNCIAS ..... 409**